

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUALProcesso Nº E-12/169/40/2018Data da Abertura 21/03/2018

Rubrica _____ Fls. _____

Id. Funcional _____ 5098152-8

SUMÁRIO

DAS DEFINIÇÕES	3
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO.....	7
CLÁUSULA SEGUNDA – DOS DEVERES DOS PARTICÍPIES	7
CLÁUSULA TERCEIRA – DA GARANTIA CONTRATUAL	16
CLÁUSULA QUARTA – DAS SANÇÕES.....	18
CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA.....	22
CLÁUSULA SEXTA – DO COMITÊ DE COORDENAÇÃO E SUPERVISÃO.....	22
CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	24
CLÁUSULA OITAVA – DO ENDEREÇO DE COMUNICAÇÃO.....	25
CLÁUSULA NONA – DO FORO.....	25
CLÁUSULA DÉCIMA – DA PUBLICAÇÃO.....	25

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUALProcesso Nº E-12/169/40/2018Data da Abertura 21/03/2018

Rubrica _____ Fls. _____

Id. Funcional _____ 5098152-8

Contrato que entre si fazem a **COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – CODIN**, tendo como interveniente o **ESTADO DO RIO DE JANEIRO** e _____, na forma abaixo:

A **COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – CODIN**, sociedade de economia mista do Estado do Rio de Janeiro, com sede na Avenida Rio Branco nº 110, 34º andar, Centro, Rio de Janeiro – RJ, CEP: 20040-001, CNPJ nº 30.124.754/0001/14, neste ato representada por seu Diretor-Presidente, Fábio Eduardo Galvão Ferreira Costa, brasileiro, divorciado, portador da carteira de identidade nº 09623610-4, expedida pelo Instituto Felix Pacheco (SSP/RJ), doravante denominada CODIN; tendo como interveniente o **ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede no Palácio da Guanabara, localizado na Rua Pinheiro Machado, s/nº, Laranjeiras, Rio de Janeiro – RJ, com CNPJ nº 42.498.600/0001-71, neste ato representado pelo Exmo. Sr. Governador em exercício, Cláudio Bomfim de Castro e Silva, doravante designado **ERJ** ou **INTERVENIENTE**, e de outro lado, _____, pessoa jurídica de direito privado, com sede na _____, CNPJ nº _____, neste ato representada por seus Diretores _____, nacionalidade, estado civil, profissão, domiciliado (a) _____, com identidade nº _____, expedida pelo _____, doravante denominada **“ADJUDICATÁRIA”** e/ou **“ADMINISTRADORA DA ZPE”** e/ou **“AZPE”**, em conformidade com o que consta no Processo Administrativo nº E-12/169/40/2018, na forma da legislação vigente: Lei 13.303, de 30 de junho de 2016; Decreto Estadual 46.188, de 06 de dezembro de 2017; Decreto Presidencial S/N de 27 de dezembro de 2017 (publicado no DOU em 28/12/2017); Resolução CZPE 02, de 15 de maio de 2009; Resolução CZPE 05, de 1º de setembro de 2009; Lei 11.508, de 20 de julho de 2007; Decreto 6.814, de 06 de abril de 2009; Decreto 6.759, de 05 de fevereiro de 2009; Resolução CZPE 08, de 28 de junho de

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUALProcesso Nº E-12/169/40/2018Data da Abertura 21/03/2018

Rubrica _____ Fls. _____

Id. Funcional _____ 5098152-8

2010; Instrução Normativa RFB 952, de 02 de julho de 2009; e Portaria RFB 3.518, de 30 de setembro de 2011, mediante as cláusulas e condições seguintes:

DAS DEFINIÇÕES

Ações de Desapropriação: Ações Judiciais ajuizadas pela CODIN referente aos lotes mencionados no Decreto Estadual nº 41.915, de 19 de junho de 2009;

Adjudicatária: Proponente vencedora do processo de seleção;

Anexos: Documentos citados neste **Contrato**, incorporados ao final deste, parte indissociável e nomeado conforme suas denominações;

Anteprojeto: Representação técnica da opção adotada pela Adjudicatária e/ou Administradora da Zona de Processamento de Exportação do Açúcar AZPE a partir de estudo de viabilidade e estudos preliminares, contendo especificações técnicas e memorial descritivo do Projeto da ZPE do Açúcar, incluindo desenhos, especificações, orçamentos físico e físico-financeiro sumários, avaliação de custos de obras, métodos e prazos de execução.

AZPE: Administradora da Zona de Processamento de Exportação do Açúcar, Pessoa Jurídica criada com a função específica de implantar e administrar a ZPE e, nessa condição, exclusivamente responsável por prestar serviços às empresas que ali se instalarem e auxiliar as autoridades aduaneiras, nos termos da Resolução CZPE nº 5, de 1º de setembro de 2009 e suas posteriores alterações;

CODIN: Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro, entidade integrante da Administração Pública Indireta do Estado, Sociedade de Economia Mista cuja autorização de criação se deu através da Lei nº 5.969, de 28 de novembro de 1967 e delegatária do presente procedimento de seleção, nos termos do Decreto Estadual nº 46.252 de 26 de fevereiro de 2018;

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUALProcesso Nº E-12/169/40/2018Data da Abertura 21/03/2018

Rubrica _____ Fls. _____

Id. Funcional _____ 5098152-8

Coligadas: Sociedades submetidas à influência significativa de outra sociedade. Há influência significativa quando se detém ou se exerce o poder de participar nas decisões das políticas financeira ou operacional da investida, sem controlá-la. É presumida influência significativa quando houver a titularidade de 20% (vinte por cento) ou mais do capital votante da investida, sem controlá-la;

Consórcio: É o grupo de licitantes, solidariamente responsáveis pelo cumprimento das obrigações decorrentes do Edital de Seleção e vinculados por Termo de Compromisso de Constituição de Consórcio;

Controlada: Sociedade na qual a Controladora, diretamente ou por meio de outras Controladas, é titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, a maioria de votos nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores da sociedade controlada, e usa efetivamente seu poder para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da mesma sociedade controlada;

Controladora: Pessoa física ou jurídica que:

- i. é titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, a maioria dos votos nas deliberações da assembleia-geral ou reunião de sócios e o poder de eleger a maioria dos administradores da sociedade controlada; e
- ii. usa efetivamente seu poder para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da sociedade controlada;

Controle da AZPE: detém a titularidade de pelo menos 50% (cinquenta por cento) mais uma das ações representativas do capital social votante da AZPE;

Contrato: O presente instrumento celebrado entre a **CODIN**, tendo como tendo como interveniente o **ERJ** e a Adjudicatária, posteriormente cedido a AZPE, sociedade de propósitos específicos a ser constituída pela mesma Adjudicatária, tendo por objeto estabelecer diretrizes para formalização da execução do processo de administração da Zona de Processamento de Exportação do Açúcar, incluída a implantação, manutenção e exploração e das competentes atividades e serviços necessários para o seu funcionamento.

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUALProcesso Nº E-12/169/40/2018Data da Abertura 21/03/2018

Rubrica _____ Fls. _____

Id. Funcional _____ 5098152-8

CZPE: Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação, órgão colegiado integrante da estrutura básica do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços – MDIC, sendo a principal instância decisória da Política Nacional das ZPEs;

Documentos de Habilitação: Conjunto de documentos arrolados no Edital de Seleção, apresentados obrigatoriamente pelas Participantes e membros do Consórcio, conforme o caso, destinado a comprovar sua regularidade jurídica, fiscal, habilitação técnica e econômico-financeira, e que deverão ser mantidos durante toda a vigência do presente **Contrato**;

Edital: Instrumento de seleção da empresa ou Consórcio que irá constituir Pessoa Jurídica para exercer, em regime de exclusividade, a Administração da Zona de Processamento de Exportação do Açúcar, incluída a implantação, manutenção e exploração das competentes atividades e serviços necessários para o seu funcionamento, bem como adquirir o Imóvel onde a ZPE instalar-se-á;

Estado: Estado do Rio de Janeiro, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno;

Garantia Contratual: Garantia a ser constituída para o fiel cumprimento das obrigações assumidas pela Adjudicatária/AZPE, a ser executada pela CODIN, nas hipóteses previstas;

Imóvel: área destinada à implantação da ZPE do Açúcar, a ser adquirida pela Adjudicatária e transferida à AZPE por esta constituída, composta pelos 14 (quatorze) Lotes;

IPCA: Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE);

Lotes: Lotes objeto das Ações de Desapropriação, cujas imissões provisórias de posse já foram cumpridas e efetivadas em favor da CODIN, que deverão constituir uma matrícula

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUALProcesso Nº E-12/169/40/2018Data da Abertura 21/03/2018

Rubrica _____ Fls. _____

Id. Funcional _____ 5098152-8

única a ser transferida a AZPE após os respectivos trânsitos em julgado, formando o Imóvel;

Promessa: Contrato de Promessa de Compra e Venda celebrado inicialmente entre a CODIN e a Adjudicatária, posteriormente cedido a AZPE, sociedade de propósitos específicos a ser constituída pela mesma Adjudicatária;

Regularização Fundiária: Consiste no conjunto de medidas jurídicas, sociais, ambientais, urbanísticas e de sustentabilidade, dirigidas no sentido da consolidação da ocupação dos Lotes relacionados no Anexo 1 da PROMESSA (Anexo IV) pela Adjudicatária, cuja situação jurídica e respectivas datas de imissão na posse pela OUTORGANTE estão descritas nos Processos Judiciais mencionados na Relação de Lotes constante do referido Anexo 1, sendo certo que eventuais custos pela remoção de terceiros ficarão EXCLUSIVAMENTE a cargo da OUTORGADA, uma vez que, como foi ressaltado pela Assessoria de Perícias e Avaliações Imobiliárias da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro, no Parecer Técnico Nº 70/2019, fls. 647/656 do Processo Administrativo nº E-12/16940/18, “a avaliação deve se restringir ao real valor da área, nas condições em que se encontrava quando do decreto expropriatório, e não com vistas ao mercado imobiliário ou ao seu eventual aproveitamento econômico”, de acordo com entendimento jurídico exarado pelo acórdão proferido pela 2ª Câmara Cível do TJRJ, Apelação Cível nº 8.293/95, de relatoria do eminente Des. Sérgio Cavalieri Filho.

Valor de Outorga: Montante inicial a ser pago pela Adjudicatária e/ou pela AZPE em decorrência da oferta realizada no presente procedimento de seleção;

ZPE: Zona de Processamento de Exportação, área de livre comércio com o exterior, considerada Zona Primária para efeito de controle aduaneiro, destinada à instalação de empresas voltadas para a produção de bens a serem comercializados no exterior, inclusive com tratamentos tributário, cambial e administrativo específicos.

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUALProcesso Nº E-12/169/40/2018Data da Abertura 21/03/2018

Rubrica _____ Fls. _____

Id. Funcional _____ 5098152-8

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente **Contrato** tem por objeto estabelecer diretrizes para formalização da execução do processo de Administração da Zona de Processamento de Exportação do Açú, incluída a implantação, manutenção e exploração e das competentes atividades e serviços necessários para o seu funcionamento.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS DEVERES DOS PARTICIPES**I. Compete à CODIN:**

- 1) Assegurar o cumprimento das obrigações contratuais;
- 2) Acompanhamento das **Ações de Desapropriação** referente aos **Lotes** que compõe o **Imóvel** destinado à **ZPE**;
- 3) Regularizar situação fundiária dos **Lotes** destinados à **ZPE**;
- 4) Autorizar alteração de controle societário da **ADJUDICATÁRIA**;
- 5) Fazer interlocução com a **CZPE**;
- 6) Acompanhar e apoiar a **ADJUDICATÁRIA** nas ações institucionais junto a órgãos competentes;
- 7) Comunicar à **ADJUDICATÁRIA**, imediatamente, quando citada ou intimada de qualquer ação judicial ou procedimento administrativo que possa resultar em responsabilidade ou impacto nas atividades da **ADJUDICATÁRIA** ou da **ZPE** do Açú, inclusive dos termos e prazos processuais, bem como enviar os melhores esforços na defesa dos interesses comuns, praticando todos os atos processuais cabíveis com esse objetivo, ficando facultado à **ADJUDICATÁRIA** valer-se de qualquer instrumento processual de intervenção de terceiros;
- 8) Colaborar institucionalmente com eventuais entidades financiadoras da **ADJUDICATÁRIA**, prestando informações e esclarecimentos, para contribuir com a viabilidade de financiamentos a permitirem a integral e adequada instalação da **ZPE** do Açú;
- 9) Proporcionar todas as facilidades necessárias à boa execução do Projeto oriundo da relação ora firmada;

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUALProcesso Nº E-12/169/40/2018Data da Abertura 21/03/2018

Rubrica _____ Fls. _____

Id. Funcional _____ 5098152-8

- 10) Observar para que, durante a vigência do Projeto, sejam cumpridas as obrigações assumidas pela **AZPE** do Açu, e mantidas todas as condições exigidas para habilitação;
- 11) Dar consentimento formal para a **AZPE** do Açu quando alguma empresa se interessar em se instalar na **ZPE**, em conformidade com o interesse público e cumprida as condições para sua instalação;
- 12) Apoiar a **AZPE** do Açu e as empresas que vierem a se instalar na **ZPE** na implantação junto às concessionárias e órgãos públicos;
- 13) Apoiar na divulgação da **ZPE** junto ao mercado nacional e internacional;
- 14) Diligenciar junto a qualquer Autoridade Governamental, em conjunto com a **INTERVENIENTE**, com vistas a enfatizar o caráter prioritário da implementação do Projeto para o **ERJ**, empregando todos os esforços, sempre de acordo com a legislação vigente, no auxílio da tramitação dos processos administrativos necessários para a implantação da **ZPE**;

II. Compete à ADJUDICATÁRIA ou à AZPE:

- 1) Utilizar o **Imóvel**, construir e colocar em operação a **ZPE**, executando os investimentos e serviços de sua responsabilidade, de acordo com o projeto, cronograma físico-financeiro e com todas as leis vigentes e aplicáveis;
- 2) Implementar a 1ª fase do Projeto, no **Imóvel**, assim entendido como a (i) implantação de infraestrutura para o início da operação e (ii) investimento da quantia estimada de R\$ 40.677.000,00, até 26 de junho de 2021, servindo esta data como marco para cumprimento da condição resolutiva da operação de que trata a **Promessa**;
- 3) Prestar **Garantia Contratual** no valor de R\$ 15.000.0000,00 (quinze milhões de reais), em uma das seguintes modalidades, a seu critério, com vistas a assegurar o adequado, integral e fiel cumprimento das obrigações assumidas:
 - a) Caução em dinheiro;
 - b) Seguro-garantia; ou,
 - c) Fiança bancária.
- 4) A **Garantia Contratual** poderá ser utilizada:

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUALProcesso Nº E-12/169/40/2018Data da Abertura 21/03/2018

Rubrica _____ Fls. _____

Id. Funcional _____ 5098152-8

- a) Nas hipóteses em que a **ADJUDICATÁRIA** não realizar as obrigações previstas neste **Contrato** e na **Promessa**;
- b) Nas hipóteses em que a **ADJUDICATÁRIA** não realizar o pagamento adequado das multas que lhe forem aplicadas;
- c) Nas hipóteses em que a **ADJUDICATÁRIA** não efetuar, no prazo devido, o pagamento de quaisquer indenizações ou obrigações pecuniárias devidas à **CODIN** em decorrência da **Promessa**.
- d) Manter a integralidade da **Garantia Contratual** durante toda a vigência da **Promessa** e do **Contrato**, obrigando-se, ainda, independentemente de notificação, a:
 - e) Renovar o prazo de validade das modalidades que vencerem na vigência da **Promessa** e do **Contrato**, informando à **CODIN** da referida renovação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do seu termo final;
 - f) Reajustar a **Garantia Contratual**, anualmente, pelo Índice de Preços ao Consumidor - IPCA, complementando o valor resultante sobre o montante inicial ou, em caso de reajustes subsequentes, sobre o valor previamente ajustado;
 - g) Repor os valores utilizados para cobertura de qualquer evento abarcado pela **Garantia Contratual** em até 30 (trinta) dias a partir da sua utilização, independentemente de qualquer disputa;
 - h) Responder pela diferença de valores, na hipótese de a **Garantia Contratual** não ser suficiente para cobrir o valor de todas as obrigações de pagamento por ela abrangidas, podendo a referida cobrança se dar por todos os meios legais admitidos; e,
 - i) Submeter à prévia aprovação da **CODIN** eventual modificação do seguro-garantia ou fiança bancária, bem como eventual substituição da modalidade da **Garantia Contratual**.
 - j) A caução em dinheiro deverá ser prestada mediante depósito em conta a ser designada pela **CODIN**.
 - k) Será de exclusiva responsabilidade da **ADJUDICATÁRIA** a manutenção, de forma ininterrupta, do seguro-garantia ou fiança

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUALProcesso Nº E-12/169/40/2018Data da Abertura 21/03/2018

Rubrica _____ Fls. _____

Id. Funcional _____ 5098152-8

bancária, cuja vigência não deverá ser inferior a 1 (um) ano, durante toda a vigência da **Promessa** e do **Contrato**, devendo promover as renovações e atualizações necessárias para tal;

- l) Caso seja feita fiança bancária, esta deverá (i) nomear a **CODIN** como beneficiária, (ii) ser assinada pelos administradores da instituição financeira fiadora, (iii) prever a renúncia ao benefício de ordem, (iv) ser apresentada em sua forma original, e (v) ter seu valor expresso em Reais;
- 5) Realizar o pagamento do Valor de Outorga, referente ao montante inicial a ser pago pela **ADJUDICATÁRIA** em decorrência da oferta realizada no procedimento de Seleção, em 10 (dez) dias a contar da assinatura deste **Contrato**, através de depósito na conta corrente nº nº 85-0, agência 6898-5, do Banco Bradesco (237).
- 6) Sem prejuízo das demais sanções cabíveis pelo descumprimento das obrigações assumidas, caso a **ADJUDICATÁRIA** não pague o **Valor de Outorga** na data de vencimento incorrerá em cobrança de juros de mora de 1% (um por cento) a.m., *pro rata* incidente sobre o valor da parcela devida em atraso, atualizada pela variação anual da UFIR-RJ, acrescida de multa contratual de 10%, aplicáveis até o recebimento integral do valor devido;
- 7) Uma vez firmado o **Contrato**, constituir a **AZPE** em 90 (noventa) dias, integralizando o capital, transferindo à **AZPE** os direitos e obrigações inerentes ao **Contrato**, à implantação e administração da **ZPE**, devendo esta permanecer como Coligada ou Controlada pela **ADJUDICATÁRIA** no curso da atividade empresarial a ser desenvolvida, salvo nas hipóteses previstas no Edital de Seleção Pública nº 01/2020;
- 8) O prazo estipulado no item acima somente poderá ser prorrogado se apresentado requerimento tempestivo e devidamente justificado.
- 9) A **CODIN** autorizará ou não o pedido da **ADJUDICATÁRIA** por meio de ato devidamente motivado;
- 10) A **AZPE** deverá apresentar à **CODIN** declaração contendo o valor do seu capital social bem como sua composição acionária, devendo integralizar no mínimo R\$ 10.000.000,00 (dez milhões) na constituição da empresa, integralizando o mínimo

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUALProcesso Nº E-12/169/40/2018Data da Abertura 21/03/2018

Rubrica _____ Fls. _____

Id. Funcional _____ 5098152-8

de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões) a cada ano, até atingir o total de R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões) no final da primeira etapa do projeto, em moeda corrente nacional, vedada, em qualquer hipótese, a sua redução sem a prévia e expressa autorização da **CODIN**;

- 11) A Adjudicatária e, posteriormente a AZPE, se obriga a apresentar Plano de Negócios com metas físicas e comerciais, demonstrativos de resultados, indicadores de viabilidade e matriz de risco do Projeto de implantação da Zona de Processamento de Exportação, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da assinatura do **Contrato**.
- 12) Assinado o **Contrato**, apresentar à **CODIN** e à Receita Federal, conforme prazos da legislação da **ZPE**, Anteprojeto e cronograma de realização de investimentos, incluindo prazos para início de operação da **ZPE** do Açú;
- 13) Em caso de alteração posterior do Anteprojeto, a **ADJUDICATÁRIA** e/ou a **AZPE** deverá encaminhá-lo a **CODIN**.
- 14) Eventual não objeção ao Anteprojeto não supre o atendimento à legislação vigente, nem a exigências de outras entidades da administração pública tendo em vista a observância dos requisitos de licenciamento ambiental, de uso do solo e de zoneamento, nem tampouco da observância de condicionamentos impostos pelos competentes órgãos, não excluindo, ainda, a responsabilização exclusiva da **ADJUDICATÁRIA** ou da **AZPE** nas esferas civil, penal, administrativa e técnica, decorrentes da implantação da **ZPE** do Açú;
- 15) Outros efeitos derivados da implantação do anteprojeto em relação ao qual não houve objeção, como, por exemplo, os relacionados a estimativas incorretas, falhas de projeto, despesas e obrigações adicionais para atendimento dos investimentos obrigatórios, bem como quaisquer outros riscos, deveres ou obrigações da **ADJUDICATÁRIA** e/ou **AZPE**, são de sua inteira responsabilidade.
- 16) Manter inalterado o objeto da **AZPE**, estabelecido em seu estatuto social;
- 17) Apresentar à **CODIN**, anualmente, até o dia 1º de junho do exercício subsequente: os demonstrativos contábeis, em sua forma completa, ou seja, Balanço Patrimonial (BP), Demonstração de Resultado do Exercício (DRE), Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC), Demonstração de Mutações no

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUALProcesso Nº E-12/169/40/2018Data da Abertura 21/03/2018

Rubrica _____ Fls. _____

Id. Funcional _____ 5098152-8

Patrimônio Líquido (DMPL), Demonstração do Valor Adicionado (DVA), se houver, com as respectivas notas explicativas e os Relatórios da Diretoria e dos Conselhos Fiscal e de Administração, os Pareceres dos Auditores Independentes, bem como o Balancete de encerramento do exercício com os ajustes realizados e respectivos saldos;

- 18) A partir da assinatura deste **Contrato**, a AZPE deverá repassar à CODIN, anualmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias da entrega dos demonstrativos contábeis de que trata o Item 17 acima, a título de compartilhamento de receitas, o valor equivalente a 5% (cinco por cento) da Receita Operacional Líquida (ROL) anual apurada no exercício, que será doravante referenciado como Valor Complementar de Outorga (VCO).
- 19) Observar padrões de governança corporativa e adotar contabilidade e demonstrações financeiras padronizadas;
- 20) Implementar Programa de Integridade e *Compliance*, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias a partir da data da celebração deste **Contrato**, nos termos da Lei Estadual nº 7.753, de 17 de outubro de 2017, devendo inscrever-se no Programa Pro-Ética ou o que vier a substituí-lo, da Controladoria-Geral da União, podendo ser substituído por certificação do Sistema de Gestão Antissuborno da AZPE, pela norma ISO 37.001;
- 21) Contratar e remunerar empresa especializada de auditoria independente de grande porte de renome nacional e internacional para realização de auditorias anuais das demonstrações contábeis da **ADJUDICATÁRIA** ou da **AZPE**;
- 22) Encaminhar à **CODIN** as demonstrações contábeis e os Pareceres dos Auditores Independentes, quando solicitados, a título de Prestação de Contas;
- 23) Cumprir as atribuições e responsabilidades típicas de empresas administradoras de **ZPE**, estabelecidas na legislação de regência.
- 24) Manter articulação com os diversos órgãos públicos na esfera federal, estadual e municipal, em especial com a Secretaria Executiva do Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação (SE/CZPE);
- 25) Executar e cuidar da manutenção das obras de implantação da **ZPE** do Açú;

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUALProcesso Nº E-12/169/40/2018Data da Abertura 21/03/2018

Rubrica _____ Fls. _____

Id. Funcional _____ 5098152-8

- 26) Elaborar, tramitar e aprovar perante os órgãos públicos pertinentes projeto urbanístico e ambiental relativo às obras de infraestrutura exigidas para a implantação da **ZPE** do Açú, em conformidade com a legislação vigente;
- 27) Prover as instalações e os equipamentos necessários para a realização das atividades de fiscalização, vigilância e controle aduaneiros (e demais determinações da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, especialmente a Instrução Normativa RFB nº 952, de 02/07/2009) e as de interesse da segurança nacional, fitossanitárias e ambientais;
- 28) Submeter projeto referente às determinações da Secretaria da Receita Federal do Brasil sobre:
- a) Fechamento da área;
 - b) Sistema de vigilância e segurança a ser adotado na área a ser alfandegada;
 - c) Instalação e equipamentos adequados ao controle e administração aduaneiros;
 - d) Vias de acesso à **ZPE**; e,
 - e) Fluxo de mercadorias, veículos e pessoas;
- 29) Manifestar-se à **CZPE** acerca dos empreendimentos que pleitearem instalação na **ZPE** do Açú conforme legislação vigente, art. 2º, §5º e art. 3º, II, da Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007;
- 30) Supervisionar as atividades das empresas instaladas na **ZPE** do Açú, de forma a garantir o cumprimento das normas legais aplicáveis e vigentes nas esferas federal, estadual e municipal, em atenção às medidas de conservação de energia e aos requisitos ambientais;
- 31) Prestar às empresas instaladas na **ZPE** do Açú, titulares de projeto industrial aprovado pelo **CZPE**, os serviços necessários para garantir a sua operação, em consonância com a legislação brasileira e com os padrões internacionais de competitividade;
- 32) Supervisionar e garantir a qualidade dos serviços de infraestrutura da **ZPE** do Açú;
- 33) Manter a limpeza das áreas comuns da **ZPE** do Açú;

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUALProcesso Nº E-12/169/40/2018Data da Abertura 21/03/2018

Rubrica _____ Fls. _____

Id. Funcional _____ 5098152-8

- 34) Manter em bom estado de funcionamento, conservação e segurança, às suas expensas, os bens necessários à prestação dos serviços e da atividade da **ZPE** do Açú;
- 35) Cumprir determinações legais quanto à legislação trabalhista, previdenciária, de segurança e medicina do trabalho, concernente aos seus empregados e terceirizados;
- 36) Observar as normas relativas à preservação do meio ambiente, instruindo as empresas instaladas na **ZPE** do Açú a fazerem o mesmo;
- 37) Atuar como depositária das mercadorias que receber sob controle aduaneiro, até a entrega definitiva à empresa instalada na **ZPE** do Açú;
- 38) Cumprir e fazer cumprir integralmente a **Promessa**, o **Contrato**, bem como do Regulamento Interno do **DISJB**, bem como alterações a estes que se façam a qualquer tempo;
- 39) Atuar em conjunto com o setor privado, agências governamentais, instituições de fomento e crédito, e associações de classe para a promoção das oportunidades econômicas da **ZPE** do Açú;
- 40) Realizar estudos, projetos e promover atos de gestão necessários à implantação e desenvolvimento da **ZPE** do Açú;
- 41) Desenvolver os estudos, projetos, pesquisas e eventos necessários à promoção da **ZPE** do Açú, tanto no país como no exterior;
- 42) Assegurar a adequada implantação e manutenção das atividades a serem desenvolvidas, valendo-se de todos os meios e recursos à sua disposição, incluindo, mas não se limitando, a todos os investimentos em futuras expansões, necessários para a manutenção dos níveis de serviço prestados às empresas instaladas na **ZPE** do Açú.
- 43) Executar serviços e programas de gestão, bem como fornecer treinamento a seus empregados, com vistas à melhoria dos serviços executados;
- 44) Executar todos os serviços, controles e atividades relativos a este **Contrato**, com zelo e diligência, utilizando a melhor técnica aplicável a cada uma das tarefas desempenhadas;
- 45) Dispor de todos os materiais, equipamentos, acessórios e recursos humanos necessários à perfeita operação da **ZPE** do Açú;

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUALProcesso Nº E-12/169/40/2018Data da Abertura 21/03/2018

Rubrica _____ Fls. _____

Id. Funcional _____ 5098152-8

- 46) Criar *site* onde serão informados, para fins de livre acesso e consulta pública em geral, as características físicas, institucionais e operacionais da **AZPE** e da **ZPE** do Açú, as empresas instaladas e em instalação, eventuais prestadores de serviços operacionais credenciados, tabelas vigente com os valores das tarifas cobradas, notícias relevantes, e quaisquer outras informações que se fizerem necessárias ou úteis à divulgação e transparência da atividade econômica desenvolvida;
- 47) Arcar com todas as despesas e receitas incidentes sobre o **Imóvel**, bem como sobre as atividades assumidas e necessárias para a manutenção da **ZPE** do Açú;
- 48) Arcar exclusivamente com os riscos relativos a (i) aumento de preço de insumos para execução das obras; (ii) investimentos, custos ou despesas adicionais decorrentes de elevação de custos operacionais, de compras ou manutenção de equipamentos; (iii) investimentos, custos ou despesas adicionais necessários para atender o Cronograma físico-financeiro ou demais obrigações assumidas; (iv) estimativas incorretas do custo dos investimentos a serem realizados; e (v) estimativas incorretas do Cronograma Físico-financeiro, de modo que eventuais descumprimentos ou não atendimentos do Plano de Negócios não se configurará como hipótese de desequilíbrio contratual;
- 49) Exercer outras atividades necessárias ao cumprimento da Gestão da **ZPE** do Açú.
- 50) Apresentar à **CODIN** documento de aceitação da **CZPE** quanto ao pleito de instalação de empreendimento na **ZPE** do Açú conforme legislação vigente, art. 2º, §5º e art. 3º, II, da Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007;
- 51) A **AZPE** do Açú pagará um condomínio mensal à associação responsável pela manutenção do **DISJB**, Associação do Porto do Açú, com a finalidade de custear serviços de manutenção da segurança, das vias e das áreas verdes nas áreas comuns, de acordo com o Artigo 3º do Estatuto do Distrito Industrial de São João da Barra (Anexo A);
- 52) A futura **AZPE** deverá possuir *software* (controle informatizado), com os requisitos especificados na Instrução Normativa RFB nº 952, de 02 de julho de 2009 ou qualquer outro Regulamento editado pela Receita Federal que o suceder.
- 53) Atender às exigências, recomendações ou observações feitas pela **CODIN**, conforme prazos fixados em cada caso;

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUALProcesso Nº E-12/169/40/2018Data da Abertura 21/03/2018

Rubrica _____ Fls. _____

Id. Funcional _____ 5098152-8

- 54) Dar conhecimento à **CODIN** das condições de financiamento e dos instrumentos jurídicos que assegurem a execução do objeto da Seleção Pública, nos prazos estabelecidos pela **CODIN**;
- 55) Dar conhecimento à **CODIN** das alterações das condições dos financiamentos, assim como da contratação de qualquer novo financiamento;
- 56) Obedecer às normas e determinações da Comissão Estadual de Controle Ambiental – CECA, do Instituto Estadual do Ambiente – INEA ou da Secretaria de Meio Ambiente da Prefeitura, onde se situa o Distrito Industrial, quando houver convênio deste com o Governo do Estado do Rio de Janeiro, bem como toda a legislação vigente.
- 57) Observar, ainda, as prescrições legais sobre o uso do solo, e, em especial, o Regulamento Interno dos Distritos Industriais e suas posteriores alterações, de qualquer gênero, que desde já a **ADJUDICATÁRIA** declara conhecer e aceitar;
- 58) A **ADJUDICATÁRIA** deverá manter, no que for aplicável, durante toda a execução do **Contrato**, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na **SELEÇÃO**.
- 59) A Adjudicatária e/ou a AZPE arcará com os custos para a remoção de eventuais invasores que estiverem localizados nos lotes dos imóveis, objeto do presente certame, constante no Anexo 01 da PROMESSA (Anexo IV).

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GARANTIA CONTRATUAL

A **ADJUDICATÁRIA** deverá, conforme estabelecido na Cláusula Segunda, II, “3”, prestar Garantia de Execução do objeto do presente **Contrato**, estendendo-se sua cobertura às obrigações de que trata a **Promessa**, acessório à adequada implantação da **ZPE**, definida a seu critério, em uma das seguintes modalidades:

- 1) Caução em Dinheiro;
- 2) Seguro-Garantia; ou
- 3) Fiança Bancária.

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUALProcesso Nº E-12/169/40/2018Data da Abertura 21/03/2018

Rubrica _____ Fls. _____

Id. Funcional _____ 5098152-8

Parágrafo Primeiro: A Garantia de que trata esta Cláusula deverá ser constituída no valor de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões), independente da forma adotada, tendo como beneficiária a **CODIN**.

Parágrafo Segundo: A **ADJUDICATÁRIA** deverá manter a integridade da Garantia da Execução durante toda a vigência do **Contrato**, obedecido o valor definido acima, obrigando-se a, independentemente de prévia notificação para constituição em mora, a renovar o prazo de validade das modalidades que vencerem, comprovando a sua renovação à **CODIN** em até 30 (trinta) dias antes do seu termo final.

Parágrafo Terceiro: A **ADJUDICATÁRIA** deverá repor os valores porventura utilizados para cobertura de quaisquer obrigações de pagamento abrangidas pela Garantia de Execução no prazo de 30 (trinta) dias contados a partir da efetiva utilização, independente de disputa ou discussão, judicial ou administrativa, de dolo ou culpa.

Parágrafo Quarto: Na hipótese de a Garantia Contratual não ser suficiente para cobrir o valor de todas as obrigações de pagamento por ela abrangidas, a **ADJUDICATÁRIA** deverá responder pela diferença de valores, podendo ser cobrada por todos os meios legais admitidos.

Parágrafo Quinto: A caução em dinheiro deverá ser prestada mediante depósito em conta a ser designada pela **CODIN**.

Parágrafo Sexto: As apólices de Seguro-Garantia e as Cartas de Fiança deverão ter vigência mínima de 1 (um) ano, sendo de inteira responsabilidade da **ADJUDICATÁRIA** mantê-la em vigor, de forma ininterrupta, durante toda a duração do **Contrato**, devendo para tanto promover as renovações e atualizações que forem necessárias.

Parágrafo Sétimo: Caso se opte pela contratação de Fiança Bancária, esta deverá ser apresentada em sua forma original, ter seu valor expresso em Reais, ter a **CODIN** como

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUALProcesso Nº E-12/169/40/2018Data da Abertura 21/03/2018

Rubrica _____ Fls. _____

Id. Funcional _____ 5098152-8

beneficiária, ser devidamente assinada pelos administradores da instituição financeira fiadora, e prever renúncia ao benefício de ordem.

Parágrafo Oitavo: A Contratação de Seguro-Garantia deverá ser feita com seguradora e resseguradora autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP ou com seguradoras e resseguradoras de primeira linha, devendo esta última característica ser observada também para a instituição financeira, caso opte-se pela contratação de Fiança Bancária.

Parágrafo Nono: A Garantia Contratual poderá ser utilizada nos casos em que a **ADJUDICATÁRIA** não realizar as obrigações previstas no cronograma físico-financeiro, não proceder ao pagamento dos valores devidos, não proceder ao pagamento das multas que lhe forem aplicadas ou não proceder, no prazo devido, ao pagamento de outras indenizações ou obrigações pecuniárias à **CODIN** em decorrência do **Edital**, **Promessa** ou **Contrato**, cabendo à **CODIN** adotar as medidas necessárias para a execução da Garantia, sem prejuízo de outras medidas previstas no presente.

Parágrafo Décimo: A Garantia Contratual será retida e executada em caso de Rescisão do presente **Contrato** e da **Promessa**.

CLÁUSULA QUARTA – DAS SANÇÕES

Caberá à **CODIN**, sempre que verificada hipóteses de infração ou descumprimento das cláusulas contidas no presente **Contrato**, na **Promessa**, no **Edital** ou seus **Anexos**, instaurar procedimento para aplicação das seguintes sanções:

- a) Notificação;
- b) Multa; e/ou
- c) Rescisão.

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUALProcesso Nº E-12/169/40/2018Data da Abertura 21/03/2018

Rubrica _____ Fls. _____

Id. Funcional _____ 5098152-8

Parágrafo Primeiro: Todas as sanções serão aplicadas mediante procedimento fundamentado, assegurado à **ADJUDICATÁRIA** o direito ao contraditório e à ampla defesa.

Parágrafo Segundo: As Notificações serão aplicadas, servindo como advertência, em caso de infração ou descumprimento de obrigações de baixa lesividade à conclusão do Projeto ou às atividades da **ZPE**, devendo a **ADJUDICATÁRIA** adotar as medidas necessárias para a correção da falta no prazo convencionado.

Parágrafo Terceiro: A título de exemplo, considera-se obrigação de baixo impacto à conclusão do Projeto ou à adequada execução das atividades da **ZPE**:

- a) A criação de *site* com as informações acerca das características físicas, institucionais e operacionais da **AZPE** e da **ZPE** do Açu, as empresas instaladas e em instalação, eventuais prestadores de serviços operacionais credenciados, tabelas vigentes com os valores das tarifas cobradas, notícias relevante, e quaisquer outras informações que se fizerem necessárias ou úteis à divulgação e transparência da atividade econômica desenvolvida;
- b) O pagamento do condomínio à Associação responsável pela manutenção do **DISJB**, sem prejuízo das penalidades cabíveis no Estatuto do Distrito Industrial de São João da Barra; e,
- c) Dar conhecimento à **CODIN** das condições de financiamento e dos instrumentos jurídicos que assegurem a execução do objeto da Seleção Pública.

Parágrafo Quarto: Nos casos de reincidência em infração ou descumprimento de obrigações de baixa lesividade, assim entendido como falta relacionada ao mesmo item do **Contrato, Promessa, Edital, Anexos**, ou Legislação regulamentar, no período de 1 (um) ano contado da ocorrência do último evento apurado, fica facultado à **CODIN** a cominação da advertência com a aplicação de Multa, nos termos desta Cláusula.

Parágrafo Quinto: A **CODIN** poderá aplicar Multas, nas hipóteses de infração ou descumprimento de obrigações de médio impacto, que coloquem em risco a conclusão do

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUALProcesso Nº E-12/169/40/2018Data da Abertura 21/03/2018

Rubrica _____ Fls. _____

Id. Funcional _____ 5098152-8

Projeto ou a adequada execução das atividades da **ZPE**, não se imiscuindo a **ADJUDICATÁRIA** de reparar a falta no prazo convencionado.

Parágrafo Sexto: As hipóteses de que trata o parágrafo anterior incluem, mas não se limitam à inobservância das seguintes obrigações:

- a) Implementar Programa de Integridade e *Compliance* nos prazos determinados e observar padrões de governança corporativa;
- b) Prestar às empresas instaladas na **ZPE**, titulares de projeto industrial aprovado pelo **CZPE**, os serviços necessários para garantir a sua operação, em consonância com a legislação brasileira, inclusive atuando como depositária das mercadorias que receber sob controle aduaneiro;
- c) Dispor de todos os materiais, equipamentos, acessórios e recursos humanos necessários à adequada operação da **ZPE**, bem como cumprir com as determinações legais quanto à legislação trabalhista, previdenciária, de segurança e medicina do trabalho, concernente aos seus empregados e terceirizados;
- d) Atender às normas relativas à preservação do meio ambiente;
- e) Apresentar à **CODIN** documento de aceitação da **CZPE** quanto ao pleito de instalação de projetos industriais; e,
- f) Implementar controle informatizado com os requisitos especificados na Instrução Normativa RFB nº 952/2009 ou qualquer outro Regulamento editado pela Receita Federal.
- g) Falta de apresentação da Prestação de Contas, nos prazos estabelecidos;

Parágrafo Sétimo: A Multa aplicada terá sua gradação avaliada em decorrência da gravidade da falta, não podendo ser inferior a 5% (cinco por cento) da oferta mínima do **Valor de Outorga**, acrescido de juros de mora de 1% (um por cento) a.m., *pro rata*, até o cumprimento total da obrigação.

Parágrafo Oitavo: A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUALProcesso Nº E-12/169/40/2018Data da Abertura 21/03/2018

Rubrica _____ Fls. _____

Id. Funcional _____ 5098152-8

Parágrafo Nono: Este **Contrato** poderá ser rescindido, de pleno direito, pela superveniência de norma legal ou evento que o torne materialmente ou formalmente inexecutível, ou por inexecução total ou parcial das cláusulas e condições cujo impacto sejam de alto potencial ofensivo, que causem potencial ou efetivo impacto grave negativo na implantação do Projeto ou na prestação adequada do serviço, destacando-se a reiteração ou o prolongamento das seguintes situações:

- a) O não pagamento do **Valor de Outorga**, no prazo estabelecido;
- b) A não apresentação de Plano de Negócios com metas físicas e comerciais, demonstrativo de resultados, indicadores de viabilidade e matriz de risco do Projeto, bem como Anteprojeto, na forma e prazos estabelecidos;
- c) A não constituição da **AZPE**, na forma e nos prazos estabelecidos;
- d) A alteração do objeto social da **AZPE** sem o prévio consentimento da **CODIN**;
- e) A utilização do **Imóvel** para fins diversos do estabelecido no presente **Contrato**;
- f) A cessão parcial ou total do presente **Contrato** a qualquer terceiro sem prévia e expressa anuência da **CODIN**;
- g) O Descumprimento dos prazos estabelecidos no Cronograma Físico-financeiro e nas leis vigentes aplicadas para conclusão da 1ª Fase do Projeto;
- h) A não manutenção da integridade da Garantia Contratual, conforme previsto neste **Contrato**;
- i) Constatação de irregularidades de natureza grave, no decorrer de fiscalizações ou auditorias;
- j) Nas hipóteses de Rescisão da **Promessa**;
- k) O não cumprimento das sanções impostas por infrações, nos devidos prazos;
- l) A não manutenção, no que for aplicável, de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na **Seleção**, durante toda a vigência do **Contrato**; e,
- m) Falência ou extinção da **ADJUDICATÁRIA** ou da **AZPE**.

Parágrafo Décimo: A **ADJUDICATÁRIA** deverá resolver integralmente ou refutar o alegado descumprimento no prazo de 30 (trinta) dias a contar do recebimento da Notificação pela **CODIN**, ou em prazo diverso a ser estabelecido pela **CODIN**, caso a caso, em decorrência da complexidade da solução.

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUALProcesso Nº E-12/169/40/2018Data da Abertura 21/03/2018

Rubrica _____ Fls. _____

Id. Funcional _____ 5098152-8

Parágrafo Décimo Primeiro: O cumprimento das sanções impostas não exime a **ADJUDICATÁRIA** do fiel cumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas.

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O presente **Contrato** vigorará, a partir da data de sua assinatura, pelo prazo de **20 (vinte) anos**, tornando-se válido e eficaz, assim permanecendo enquanto o regime concedido através do Decreto Presidencial S/N de 27 de dezembro de 2017 (publicado no DOU em 28/12/2017) se mantiver em vigor, a menos que seja rescindido observando-se as situações previstas neste **Contrato**.

Parágrafo Primeiro: O presente contrato poderá ser prorrogado sucessivamente, por **igual período de 20 (vinte) anos**, desde que mediante novo pagamento de valor de outorga, a cada prorrogação, equivalente ao somatório de, no mínimo, 5% da média da Receitas Operacionais Líquidas anuais, a serem verificadas nas demonstrações financeiras da AZPE, aprovadas após manifestação do Conselho Fiscal e parecer de auditores independentes registrados na CVM.

Parágrafo Segundo: Na eventual renovação deste contrato, incidirão obrigatoriamente as disposições da Cláusula Segunda, item II, subitem 18, referentes ao pagamento de Valor Complementar de Outorga (VCO), sendo este o Valor Variável de Outorga, que é complementar ao Valor Fixo de Outorga.

CLÁUSULA SEXTA – DO COMITÊ DE COORDENAÇÃO E SUPERVISÃO

As Partes deverão criar o Comitê de Coordenação e Supervisão com o a finalidade de inspecionar a implementação deste **Contrato** e do **Projeto**, bem como o cumprimento das obrigações aqui previstas. Cada Parte deverá indicar um representante para o Comitê, os quais poderão ser substituídos periodicamente pela Parte indicante, por meio de notificação escrita às outras Partes.

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUALProcesso Nº E-12/169/40/2018Data da Abertura 21/03/2018

Rubrica _____ Fls. _____

Id. Funcional _____ 5098152-8

Parágrafo Primeiro: O ERJ será responsável por designar uma pessoa da sua estrutura que será responsável por coordenar os esforços de todas as Partes no tocante à implementação bem sucedida do Projeto e o cumprimento ao cronograma de obrigações estabelecidos neste **Contrato**.

Parágrafo Segundo: O Comitê deverá conduzir reuniões mensais, no Município do Rio de Janeiro, ou conforme acordado pelas Partes. As referidas reuniões terão a finalidade de (i) revisar o andamento do Projeto; (ii) discutir eventuais questões controversas que impactem no Cronograma do Projeto; (iii) discutir questões que envolvam otimização de custos em operações logísticas e processos de implantação e gestão do Projeto; (iv) buscar soluções para quaisquer obrigações estabelecidas neste **Contrato**, que não tenham sido completadas, estejam em mora ou tenham sido descumpridas.

Parágrafo Terceiro: Os representantes que poderão estar acompanhados de outros representantes da Parte, necessários à condução da reunião, deverão acordar antecipadamente sobre a agenda destas.

Parágrafo Quarto: As Partes buscarão solucionar prontamente todas as disputas que poderão surgir no âmbito deste **Contrato** e durante as reuniões do Comitê de Coordenação e Supervisão. Caso a disputa não possa ser dirimida pelo Comitê, cada Parte deverá apontar um Executivo Sênior de sua organização para participar em uma reunião presencial no Município do Rio de Janeiro, que deverão se reunir em boa-fé para chegar a um acordo.

Parágrafo Quinto: Caso a disputa não seja dirimida pelo Comitê ou pelos Executivos Seniores, as Partes deverão submeter a disputa ao Poder Judiciário do Município do Rio de Janeiro, nos termos da Cláusula Nona.

Parágrafo Sexto: Todas as decisões do Comitê deverão ser escritas e assinadas pelos representantes de cada uma das Partes.

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUALProcesso Nº E-12/169/40/2018Data da Abertura 21/03/2018

Rubrica _____ Fls. _____

Id. Funcional _____ 5098152-8

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ADOÇÃO DA ARBITRAGEM PARA A RESOLUÇÃO DOS CONFLITOS

As partes se comprometem a adotar a arbitragem para a solução dos conflitos advindos do presente Contrato, caso não sejam solucionados pelo Comitê de Coordenação e Supervisão, contidos na Cláusula Sexta do presente Contrato, com base em dispositivos aplicáveis à Lei 9.307/1996, e sua posterior alteração realizada pela Lei 13.129/2015.

Parágrafo Único: As partes comprometem-se a submeter os litígios que poderão surgir da relação deste Contrato à arbitragem, consoante a previsão nesta Cláusula Sétima, de acordo com o disposto no artigo 4º da Lei de Arbitragem.

CLÁUSULA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Os Partícipes estabelecem, ainda, as seguintes condições:

- a) Todas as comunicações relativas a este **Contrato** deverão ser feitas por escrito e enviadas aos endereços indicados no preâmbulo deste instrumento, reputando-se efetuadas na data de seu recebimento, desde que as correspondências sejam devidamente protocoladas.
- b) O presente **Contrato** não poderá ser alterado ou modificado em nenhuma de suas cláusulas ou condições, salvo mediante acordo por escrito, e por intermédio de termo aditivo.
- c) As alterações de endereços e de número de telefone de quaisquer dos partícipes deverão ser imediatamente comunicadas por escrito.
- d) Este Instrumento obriga os Partícipes e seus sucessores
- e) No caso de se tornar impossível a realização do objetivo deste **Contrato**, os Partícipes se comprometem em até 30 (trinta) dias, sempre de comum acordo, a encontrar solução local ou qualquer outra possível que se ajuste ao referido objetivo.
- f) Os Partícipes estabelecem que, caso haja qualquer incompatibilidade, discrepância e/ou conflito entre os termos previstos em qualquer um dos anexos

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUALProcesso Nº E-12/169/40/2018Data da Abertura 21/03/2018

Rubrica _____ Fls. _____

Id. Funcional _____ 5098152-8

destes, e as cláusulas e condições contidas neste instrumento, prevalecerão os termos expressamente dispostos neste instrumento para todos os fins de direito.

CLÁUSULA NONA – DO ENDEREÇO DE COMUNICAÇÃO

Todas as comunicações entre as Partes deverão ser feitas por escrito e serão consideradas válidas com a assinatura da confirmação do recebimento:

Se para a **CODIN**

Diretor-Presidente: Fábio Eduardo Galvão Ferreira Costa

Endereço: Avenida Rio Branco, 110, 34º andar, Centro do Rio de Janeiro – RJ. Cep: 20.040-001

Se para o **ERJ**

Governador em exercício do Estado: Cláudio Bomfim de Castro e Silva

Endereço: Palácio da Guanabara, localizado na Rua Pinheiro Machado, s/nº, Laranjeiras, Rio de Janeiro – RJ. Cep: 22.238-900

Se para a **ADJUDICATÁRIA**

Diretor(a) Presidente: _____

Endereço: _____

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

Para dirimir qualquer questão, dúvida ou litígio decorrente do presente **Contrato**, as partes elegem o foro central da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PUBLICAÇÃO

O presente **Contrato** será publicado, após as devidas assinaturas, em extrato no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUALProcesso Nº E-12/169/40/2018Data da Abertura 21/03/2018

Rubrica _____ Fls. _____

Id. Funcional _____ 5098152-8

Por estarem, assim de acordo quanto ao que se estipula, firmam o presente **Contrato** em 3 (três) vias na presença das testemunhas que também o subscrevem.

Rio de Janeiro, __ de __ de 2020.

PELO INTERVENIENTE
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Cláudio Bomfim de Castro e Silva
Governador em exercício do Estado

PELA OUTORGANTE
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DO ESTADO DO
RIO DE JANEIRO – CODIN

Fábio Eduardo Galvão Ferreira Costa
Diretor-Presidente

PELA OUTORGADA

Diretor

Diretor

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUALProcesso Nº E-12/169/40/2018Data da Abertura 21/03/2018

Rubrica _____ Fls. _____

Id. Funcional _____ 5098152-8

Testemunhas:

1-

2-